

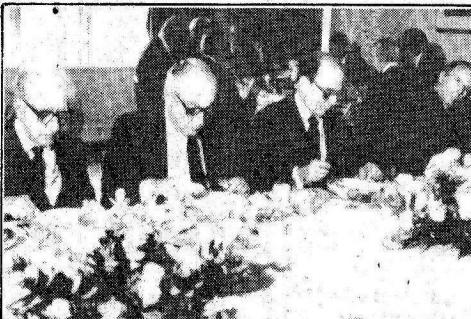
A posição que o Brasil levará a Cartagena

O que os países latino-americanos vão discutir em Cartagena não é a formação de um clube de devedores, e sim a melhor forma de pressionar os credores de suas dívidas externas. "Ninguém propôs a negociação coletiva da dívida externa, pois o que se tem feito, o governo brasileiro e os outros, é ao mesmo tempo em que se negocia a dívida, fazer uma campanha de sensibilização e conscientização para a necessidade de se criar um quadro mais propício às negociações."

O esclarecimento foi feito ontem, no Rio, pelo ministro das Relações Exteriores, Saraiá Guerreiro (foto), a respeito da atitude de política que o Brasil terá na reunião de Cartagena, na Colômbia, dos sete países latino-americanos para discussão de novas formas para negociação das dívidas externas. Por sua participação direta na discussão política da dívida do País, ele foi homenageado pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid).

Segundo explicou, o governo brasileiro defenderá, na reunião, as idéias contidas na declaração do presidente Figueiredo, na Organização das Nações Unidas, em 1982. Os governos dos sete países que se reunirão em Cartagena esperam a elaboração de um quadro completo dos problemas gerados pelas dívidas, envolvendo aspectos econômicos e seus efeitos de médio e longo prazos, e os aspectos políticos e sociais, dentro de uma conexão direta com os setores financeiro e comercial.

Após ressaltar que a discussão a nível político "é um amadurecimento de idéias não apenas no Brasil, mas também nos



países desenvolvidos", informou que a Bolívia também participará e a ausência de outros países da América Latina se deve, principalmente, à falta de tempo para elaborar a declaração dos presidentes.

Guerreiro lembrou que a conferência plenária de Quito levou oito meses em preparação. "Para termos ações tempestivas e oportunas, muitas vezes se torna necessário um tipo de consulta muito rápida, seja por telex ou telefone, que não pode abranger 20 países."

O chanceler desmentiu que esteja havendo falta de unidade entre o Itamaraty e os ministros da área econômica devido ao rumo político e diplomático da discussão sobre dívida externa. Após ressaltar que o governo brasileiro "é um todo e não há um ministério ou outro", explicou como está sendo feita a negociação: da dívida em concreto, com os bancos, Fundo Monetário e outras instituições, nas diversas circunstâncias que tal negociação permite; paralelamente, a elaboração de verdadeira campanha de persuasão e sensibilização dos governos de países credores, na abordagem de itens ligados a assuntos políticos, sociais, prazos, comércio e outros segmentos da economia.

Ao homenagear o chanceler brasileiro, o presidente da Anbid, Ary Waddington disse que a competição só é possível quando as desigualdades naturais dos participantes forem compensadas por mecanismos institucionais de equalização de forças.

"Diálogo franco"

Em Nova York, o *Journal of Commerce* publicou ontem uma entrevista com o presidente interino do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, em que este afirma que o Brasil não poderá continuar evitando por muito tempo um debate franco com os credores.

No entanto, ele descartou a possibilidade de o governo Figueiredo entrar num clube de devedores: "O Brasil descarta qualquer iniciativa deste tipo".

Ele frisou que a dívida externa continua crescendo, a renda per capita diminuiu este ano 10% e a inflação alcançou quase 236%, apesar das "medidas de austeridade extremamente severas" adotadas. Ao mesmo tempo, chamou a atenção para o inconformismo social diante da queda da produção e do emprego.

Para Miranda, "o único caminho razoável consiste em que os devedores e credores se sentem ao redor de uma mesa e discutam com franqueza o que se deve fazer para que os devedores começem a orientar suas economias para a recuperação, sem pôr os credores em perigo".